

SÉRIE PROCEDIMENTOS CÍVEIS

MISAEI MONTENEGRO FILHO

**AÇÕES
POSSESSÓRIAS
NO NOVO CPC**

3.^a edição

Revista e atualizada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elísios – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Leonardo Hermano

- Fechamento desta edição: 18.12.2015

- DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Montenegro Filho, Misael

Ações possessórias: postulação, defesa do réu, desenvolvimento da demanda possessória / Misael Montenegro Filho. – 3. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2016. (Série Procedimentos cíveis).

ISBN 978-85-970-0387-1

1. Ação possessória 2. Ação possessória – Brasil 3. Liminar (Processo civil) 4. Posse (Direito) I. Título.

04-4729

CDU-347.251.037

SUMÁRIO

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS.....		XVII
INTRODUÇÃO.....		XIX
1 POSTULAÇÃO.....		1
1.1 Definição do cabimento da ação possessória. Confronto entre a posse e a propriedade		1
1.1.1 Posse decorrente de disposição contratual (inserida em contrato de compra e venda, de locação etc.). Permanência do contratante na posse do bem e consequências processuais.....		7
1.1.2 Postulação incorreta e consequências processuais.....		10
1.1.3 Extinção do processo e consequências sucumbenciais....		13
1.1.4 Razões da preferência do autor pela ação possessória. Ajuizamento da ação reivindicatória pelo proprietário/possuidor, em dificuldade no campo probatório.....		14
1.1.5 Detentor ou <i>fâmulo</i> da posse. Permissão ou tolerância no seu exercício e consequências processuais.....		17
1.1.6 Autodefesa na realidade das questões possessórias.....		19
1.2 Petição inicial/requisitos gerais		20
1.2.1 Requisitos específicos.....		23
1.2.1.1 Autoridade a que é dirigida. Necessidade de definição da natureza jurídica da ação (fundada em direito real ou em direito pessoal). Foro e juízo competentes		23
1.2.1.1.1 Autoridade competente quando a ação possessória envolver o espólio como parte		27
1.2.1.1.2 Autoridade competente quando a ação possessória envolver imóvel pertencente à União Federal.....		28

1.2.1.2	Nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no CPF ou no CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e residência do autor e do réu	29
1.2.1.3	Litisconsórcio na ação possessória	33
1.2.1.4	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido. Necessidade de produção de prova pré-constituída para autorizar a concessão da tutela provisória. Fundamentação do pronunciamento...	34
1.2.1.5	Demonstração do exercício de posse anteriormente à turbação ou ao esbulho	37
1.2.1.6	Prova da turbação ou do esbulho. Posse voluntariamente transferida ao réu e consequências processuais	39
1.2.1.6.1	Demonstração da prática da turbação ou do esbulho através do aproveitamento da <i>prova emprestada</i>	41
1.2.1.7	Data da ocorrência da turbação ou do esbulho e sua importância processual	44
1.2.1.8	Pedido com as suas especificações.....	46
1.2.1.8.1	Cominação de pena para o caso de nova turbação ou esbulho	49
1.2.1.8.2	Especificação do pedido de liminar. Formulação de pedido completo	50
1.2.1.8.3	Pedido de mérito	52
1.2.1.9	Valor da causa	52
1.2.1.10	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	54
1.2.1.11	Opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	55
1.2.1.12	Documentos obrigatórios à propositura da ação.....	59
1.3	Legitimidade passiva. Definição do réu pela legitimidade e pela possibilidade de efetuar o pagamento da indenização. Ajuizamento da ação contra réus incertos e não sabidos	62
1.4	Definição do rito do processo	67
1.4.1	Dinâmica da ação possessória quando em curso pelo rito sumaríssimo	70
1.5	Síntese conclusiva	72

1.6	Minuta de petição inicial da ação de reintegração de posse comentada	75
2	DEFESA DO RÉU	87
2.1	Considerações gerais	87
2.2	Preliminares peremptórias e dilatórias. Consequências decorrentes do acolhimento das preliminares	89
2.2.1	Incompetência absoluta do juízo. Propositura da ação possessória perante juízo incompetente e consequências processuais. Forma de arguição da preliminar	90
2.2.2	Incorreção do valor da causa.....	92
2.2.3	Conexão	92
2.2.4	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	94
2.2.5	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	98
2.2.6	Demais preliminares relacionadas no art. 337 Do CPC..	98
2.3	Preliminares de mérito	99
2.4	Fatos e fundamentos jurídicos corriqueiramente expostos pelo réu.....	102
2.5	Pedidos próprios da contestação	103
2.6	Defesa específica da ação possessória. Não preenchimento dos requisitos relacionados no art. 561. Usucapião como matéria de defesa	105
2.6.1	Indenização e retenção por benfeitorias	107
2.7	Natureza dúplice da ação possessória e suas consequências processuais. Exame do cabimento da reconvenção.....	109
2.8	Exceção de domínio.....	113
2.9	Síntese conclusiva	117
2.10	Minuta de contestação oferecida em ação de reintegração de posse comentada.....	118
3	DINÂMICA DA AÇÃO POSSESSÓRIA	123
3.1	Considerações gerais	123
3.2	Apreciação da liminar. Deferimento da tutela provisória nos casos de posse de <i>força velha</i> . Revogação da medida de urgência pelo próprio magistrado.....	127
3.3	Audiência de justificação.....	133
3.4	Audiência de tentativa de conciliação ou de mediação.....	136
3.5	Audiência preliminar designada nas ações possessórias.....	141

3.6	Fase de instrução probatória	144
3.6.1	Audiência de instrução e julgamento	145
3.6.1.1	Dinâmica da audiência de instrução e julgamento designada nas ações possessórias	146
3.6.1.2	Fracionamento da audiência e consequências processuais	149
3.6.1.3	Atos preparatórios da audiência de instrução e julgamento	150
3.7	Sentença e efetivação do pronunciamento. Interposição da apelação e efeitos em relação à liminar	155
3.8	Síntese conclusiva	161
4	PRINCIPAIS SÚMULAS DO STF E DO STJ RELACIONADAS ÀS MATÉRIAS DISCUTIDAS	165
5	ARTIGOS DO CC RELACIONADOS AO INSTITUTO DA POSSE, COM BREVES APONTAMENTOS DOUTRINÁRIOS	167
	BIBLIOGRAFIA	175